

Formação técnica e superior em turismo e hospitalidade no Rio de Janeiro

Marcia Algemiro

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ,
Rio de Janeiro/RJ, Brasil
E-mail: marciaalgemiro@gmail.com

Mirian Rejowski

Professora da Universidade Anhembi Morumbi e Universidade de São Paulo - USP, São
Paulo/SP, Brasil
E-mail: mirwski@gmail.com

Artigo recebido em: 11-08-2015
Artigo aprovado em: 18-12-2015

RESUMO

Este artigo resulta de um estudo de caráter exploratório-descritivo realizado em 2014, com o objetivo de compreender, por meio das características dos cursos técnicos e superiores em Turismo do estado Rio de Janeiro, a oferta de formação profissional nesse destino turístico. Baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, e levantamento de dados secundários na base eletrônica do Ministério da Educação dos cursos técnicos e superiores. Os resultados indicaram uma oferta de 214 cursos regulares na área de Turismo e Hospitalidade, de variados níveis e denominações, com destaque para o curso técnico em Guia de Turismo, única profissão regulamentada da área e, em seguida os cursos de graduação tecnológica, principalmente os de Gestão em Turismo. A inexistência da oferta de mestrados e doutorados na área até 2014 pode explicar o foco prioritário na abordagem mercadológica dos cursos superiores. A região turística Metropolitana concentra cerca de 40% da formação profissional e superior no estado. Indica-se a necessidade de análise aprofundada em cada região do estado, tomando como base a sua vocação turística aliada às condições da oferta e da demanda, para discutir-se sobre as necessidades da formação de profissionais que poderão nortear novas propostas de cursos regulares, dos técnicos aos superiores.

Palavras-chave: Turismo. Hospitalidade. Formação profissional. Ensino técnico e superior. Cursos regulares.

ABSTRACT

This article results from an exploratory-descriptive study conducted in 2014. It aims to characterize the Tourism technical and higher education in state of the Rio de Janeiro. It was based on bibliographical and documentary research, and a survey of secondary data in the electronic database of the Ministry of Education. The results indicated 214 regular courses in Tourism and Hospitality area in Rio de Janeiro with different levels and denominations, especially the technical course in Tourist Guides, only regulated profession in the area, and the technological undergraduate courses, especially Management in Tourism. About 40% of technical and higher education is in the state's metropolitan region. By 2014 the lack of masters and doctoral degrees in the field explain the main focus in marketing approach to higher education. It indicates the need for detailed analysis in each region of the state, considering the conditions of supply and demand, and the needs of different professionals, to guide for new courses.

Keywords: Tourism. Hospitality. Formation. Technical Education. Higher Education. Courses.

1. INTRODUÇÃO

Com o interesse em estudar a formação de profissionais no Rio de Janeiro, um destino onde o turismo receptivo tem expressão nacional e internacional, foram poucos os trabalhos encontrados, como os de Catramby e Costa (2004;2005) sobre qualificação profissional e capacitação docente. Por outro lado se localizou diversos estudos sobre o ensino superior e a qualificação profissional em Turismo no Brasil (Ansarah, 2002; Barretto, 2002 & Tomazzoni, 2007), ao lado de estudos pontuais sobre o ensino técnico em Hotelaria (Simeão 2008) ou a formação tecnológica em Eventos (Carvalho & Rejowski, 2012).

Foram inúmeros os questionamentos que surgiram sobre o tema: Os cursos de Turismo de diferentes níveis oferecem qualificação em Hospitalidade para os profissionais formados atuarem na prestação de serviços turísticos na cidade do Rio de Janeiro? Nesses cursos a Hospitalidade é um conteúdo presente na sua formação? O perfil dos egressos desses cursos “faz a diferença e alavanca” o turismo receptivo no Rio de Janeiro? Estes profissionais são rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho do setor turístico? Como o *trade* turístico avalia as habilidades e as competências em Hospitalidade na formação profissional em Turismo?

Diante disso, percebeu-se que seriam necessárias várias pesquisas, logo, face à carência de informações e estudos chegou-se ao seguinte problema: Qual a oferta dos cursos regulares na área do Turismo e Hospitalidade no estado do Rio de Janeiro? Partiu-se então, para o objetivo de compreender por meio das características dos cursos técnicos e superiores em Turismo do estado Rio de Janeiro, a oferta de formação profissional e superior nesse destino turístico.

Este artigo apresenta os principais resultados do estudo, o qual faz parte de uma pesquisa maior desenvolvida no âmbito do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (Algemiro, 2015).

Aborda-se inicialmente a estrutura e regulamentação do ensino técnico e superior no Brasil, com destaque para a área do Turismo por sua maior representatividade, e em seguida contextualiza-se o estado do Rio de Janeiro em seus aspectos gerais e turísticos. Após esses fundamentos, aborda-se a pesquisa propriamente dita, a partir da descrição da metodologia e dos principais resultados.

2. ESTRUTURA E REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR EM TURISMO E HOSPITALIDADE NO BRASIL

O termo educação profissional a princípio pode se referir a todos os níveis da educação a partir do técnico. No entanto, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2004), a educação profissional tem como objetivo primário a oferta de cursos para o acesso de estudantes e profissionais ao mercado de trabalho em três níveis: nível básico, àqueles com qualquer nível de instrução; nível técnico, a estudantes que estejam cursando ou já concluíram o ensino médio; e nível tecnológico, a estudantes com ensino médio concluído. Segundo Schwartzman (2005):

Na literatura de língua inglesa, fala-se de “vocational education”, para se referir à educação orientada mais diretamente para o mercado de trabalho, que inclui os níveis técnico e tecnológico, em contraste com a “general education”, voltada para a formação geral e também em contraposição à educação universitária tradicional, voltada para as profissões de conteúdo mais acadêmico, para as quais o termo “professional education” é geralmente reservado. (p. 2)

Percebeu-se que na bibliografia esse termo é ora empregado nesse sentido, ora se estende ao ensino superior como um todo, ora se refere exclusivamente ao ensino técnico. Inclusive, nos documentos do próprio Ministério da Educação (MEC, 2001) adota-se o termo educação profissional e tecnológica, portanto, com distinção entre ambas. Neste artigo usa-se o termo educação profissional e superior, uma vez que os cursos tecnológicos são também graduações, preservando os termos usados pelos autores referenciados.

A educação profissional se integra “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, e “desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada” na perspectiva do exercício pleno da cidadania (LDB, 1996, art. 39 a 42).

No nível técnico, as disposições da LDB (1996) foram complementadas pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, que fundamenta todas as ações educacionais por meio da Resolução do CNE/CEB¹ n.º 16/99 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - para Educação Profissional de Nível Técnico. Como este nível se dá em paralelo ou posteriormente ao ensino médio, lembra-se que este é a etapa final da educação básica que tem como finalidade o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos de modo a ser capaz de se adaptar com

¹ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - CNE/CEB

flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; objetiva o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (LDB, 2014, art.35). Ao término do ensino médio, o educando deverá ter desenvolvido aptidões que atenda a sua formação geral e encaminhe-o para profissões específicas.

O conjunto de Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres que sistematizam a Educação Profissional Nacional em seus diferentes níveis, além das Leis Federais que regem a educação profissional a partir da promulgação da LDB, fundamentado no parecer CNE/CEB nº 11/2008, instituiu o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio para as redes públicas e privadas de Educação Profissional. Nele consta que os cursos devem ser organizados por eixos tecnológicos definidores de um projeto pedagógico que contemple as trajetórias dos itinerários formativos e estabeleça exigências profissionais que direcionem a ação educativa das instituições e dos sistemas de ensino. Assim, apresenta a denominação, as principais atividades do egresso, os destaques em sua formação, os locais de atuação, a infraestrutura recomendada e a carga horária mínima (MEC, 2012).

Os cursos técnicos são cursos dirigidos a “capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo” para o rápido acesso ao mercado de trabalho, “além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no setor produtivo” (MEC, 2012). Destinam-se aos concluintes do ensino fundamental, sendo que para a obtenção do diploma há necessidade do ensino médio concluído. Tal articulação dos cursos técnicos com o ensino médio ocorre:

Na forma integrada, o aluno, com uma única matrícula, frequenta curso cujo currículo foi planejado reunindo os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. Na forma concomitante, ocorre uma complementaridade entre o curso técnico e o ensino médio. Nesta modalidade o aluno tem duas matrículas. Na forma subsequente, o aluno, ao se matricular no curso técnico, já concluiu o ensino médio. (MEC, 2012)

Os cursos técnicos têm duração mínima de 800 horas, os quais estão inseridos no eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer e compreendem as “tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação”, e recebem as seguintes denominações: a) Técnico em Agenciamento de Viagem; b) Técnico em Cozinha; c) Técnico em Eventos; d) Técnico em Guia de Turismo; e) Técnico em Hospedagem; f) Técnico em Lazer; g) Técnico em Serviço de Restaurante e Bar. Destacam-se os cursos de Guia de Turismo, uma vez que, esta é a única profissão regulamentada na área.

Sobre os currículos devem incluir a constituição e o desenvolvimento de competências profissionais gerais do técnico e as específicas de cada habilitação. O foco maior da formação centra-se na prática e operacionalização de atividades para empresas e empreendimentos turísticos, para contemplar a harmonização entre as competências técnicas e a formação básica intelectual.

O currículo dos cursos da área de Turismo e Hospitalidade pode “contemplar etapas ou módulos centrados nas funções e subfunções do seu processo de produção” numa formação generalista, mas, pode-se ainda, focar nas áreas do Turismo ou da Hospitalidade e nos segmentos destas como: “Operação e Agenciamento, Transporte de Turismo, Guiamento de Turista, Eventos, Hospedagem, Alimentação, etc.” (MEC, 2000, p. 35). Sugere-se adequar a formação profissional para atender as demandas locais e regionais o que pode direcionar o técnico a segmentos distintos e incrementar o receptivo da atividade turística.

Passando para a educação superior no Brasil, esta subdivide-se em graduação e pós-graduação. A graduação reúne os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia, que podem ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância, conforme o Parecer CNE/CP nº 29/2009 do MEC. A pós-graduação abrange os cursos de mestrado (profissional e acadêmico) e doutorado no âmbito do *stricto sensu* e os de especialização, aperfeiçoamento ou atualização, no âmbito do *lato sensu*.

Os cursos de tecnologia são regidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia em alinhamento às DCNs para a educação profissional tecnológica. Traz informações similares às do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizando a oferta de cursos de duração mínima de 1.600 horas. Estruturado em eixos temáticos, reúne cinco cursos em Turismo, Hospitalidade e Lazer, assim denominados: a) Eventos; b) Gastronomia; c) Gestão Desportiva e de Lazer; d) Gestão de Turismo; e) Hotelaria. Não há uma relação de competências a serem desenvolvidas nesse catálogo, mas se indica a sua atuação (MEC, 2010)

[...] no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolve ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas e para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. A identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional, constitui-se atividade relevante deste profissional. (p. 45)

O Bacharelado em Turismo pode oferecer formação específica para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o Turismo, dos segmentos ecológicos e ambientais, culturais, de intercâmbio de negócios, eventos e serviços etc., que atendam o perfil profissiográfico que

o mercado ou a região exigir. Devem seguir à Resolução nº 13, de novembro de 2006 que dispõe sobre as DCNs para esses cursos de graduação e outras providências. Ainda, nesta Resolução são indicados os conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos para a organização curricular dos cursos. (MEC, 2006).

Os cursos de bacharelados são considerados como graduação plena, com fundamentação humanística e têm duração mínima de 2.400 horas. Há cursos de bacharelado em Turismo, Hotelaria e Gastronomia em funcionamento no Brasil².

Por fim, a pós-graduação no Brasil envolve dois níveis: a) pós-graduação *lato sensu*, com os cursos em geral denominados como especialização ou *Master of Business Administration* - MBA, com um mínimo de 360 horas e voltados a formação profissionais especializados para suprir necessidade de formação em lacunas do mercado; b) pós-graduação *stricto sensu*, envolvendo os cursos de mestrado (acadêmico ou profissional) com um mínimo de 360 horas, e os de doutorado com um mínimo de 540 horas.

Em 2015 a oferta de mestrados e doutorados em Turismo e Hospitalidade ainda é pequena, mas já mostra sua consolidação com sete mestrados acadêmicos, dois mestrados profissionais e quatro doutorados. Tem por objetivo formar cientistas, professores e pesquisadores, além de profissionais de alto nível, mediante o aprofundamento da formação cultural, científica e profissional. Há obrigatoriedade de defesa pública de uma dissertação no mestrado e uma tese no doutorado, além da obtenção de créditos disciplinares e de outras atividades. Os cursos de pós-graduação "*stricto sensu*" seguem regulamentações da Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Nível Superior - Capes, sendo que os da área de Turismo são avaliados pelo Comitê de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (Rejowski, 2010).

Todos os cursos citados são criados a partir de um projeto pedagógico que apresenta a concepção do curso, seu currículo, perfil do egresso, corpo docente, operacionalização, integração com outros níveis de ensino e outros elementos estruturais. A finalidade da educação superior é estimular o desenvolvimento científico e o pensamento reflexivo nas diferentes áreas de conhecimento, assim como, incrementar aptidões profissionais que colaborem com desenvolvimento da sociedade brasileira continuamente. Ainda, cabe

² Os Artigos 43 e 44 da LDB (1996) informam ainda que a educação superior abrange os cursos sequenciais por campo do saber, que são graduações com certificado, mas não oferecem diploma ou título. Tem como finalidade desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo incentivando o trabalho de pesquisa visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e conseqüentemente desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (Brasil, 1996).

mencionar que este nível educacional visa incentivar a investigação científica, a pesquisa a fim de desenvolver a ciência e a tecnologia, com propósito de ampliar o entendimento do homem no meio em vive.

No entanto, lembra-se que a educação não se resume ao desenvolvimento de competências. Em um relatório sobre a educação para o século XXI, Delors et al. (1998) trata de uma concepção ampliada da educação para que “todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo”, ou seja, “revelar o tesouro escondido em cada um de nós”, em uma visão além da educação unicamente instrumental, ou seja, “em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser” (p. 90). Nesse sentido, analisa quatro pilares básicos: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

3. ASPECTOS GERAIS E TURÍSTICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro localiza-se na região Sudeste do Brasil, e limita-se ao norte com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a oeste com o estado de São Paulo e a leste e ao sul com o Oceano Atlântico. Apresenta área total de 43.780,172 km² e uma população estimada de 16.461.173 habitantes, com densidade demográfica de 356,23 hab/km² distribuídos em 92 municípios IBGE (2014³). Conforme a Lei Complementar nº 20 de 1974 (Brasil, 1974, art. 8º), o estado foi formado pela fusão dos estados da Guanabara (capital Rio de Janeiro) e do Rio de Janeiro (capital Niterói), e sua capital foi fixada na cidade do Rio de Janeiro.

O seu relevo é formado por planície litorânea com morros, planaltos, várzeas e dunas, cujo ponto culminante é o Pico das Agulhas Negras na serra de Itatiaia com 2.791 m de altitude. Sua vegetação é composta por mata atlântica e mangue no litoral, e floresta tropical no interior; o clima, tropical quente e úmido apresenta variações face às diferenças de altitudes, vegetação e proximidade do oceano. Na sua economia destacam-se o extrativismo mineral do petróleo, a indústria, serviços e turismo.

A divisão político-administrativa do estado é composta por oito regiões administrativas, a saber: Região Noroeste Fluminense; Região Norte Fluminense; Região Serrana; Região das Baixadas Litorâneas; Região Metropolitana; Região Centro-Sul Fluminense; Região do Médio-Paraíba; Região da Costa Verde. Destaca-se a Região

³ Consulta em 4 out. 2014 ao sítio do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <www.ibge.gov.br>.

Metropolitana que constitui o chamado Grande Rio, criada pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, quando os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passaram a constituir o estado do Rio de Janeiro, com a capital na cidade de igual nome (Brasil, 1974, art. 19).

Essa divisão é adotada pelo Governo do Estado e pelo IBGE como instrumento de análise e ação para o planejamento e gestão do território. Já a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TurisRio, vinculada à Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, identifica a Região Metropolitana apenas com os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, os quais podem, pela proximidade, congregam Maricá, muito procurado por veranistas de residências secundárias. No entanto são as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói que reúnem um patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico, bem como atrações, equipamentos e infraestrutura turística relevantes no cenário nacional.

Os municípios do estado do Rio de Janeiro foram agrupados com o propósito de organizar e fomentar o turismo no estado. A função das regiões turísticas é de organizar o território e de gerir a atividade turística, construindo uma instância intermediária entre o estado e os municípios. Os principais segmentos presentes nas regiões são: sol e praia, ecoturismo, aventura, cultural, negócios e eventos, esportes, pesca e turismo rural. A região Metropolitana, envolvendo as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, constitui a região turística de maior relevância, sendo os seus municípios os mais procurados do estado.

Cita-se ainda que o Ministério do Turismo [MTur] (2005), indicou seis regiões estratégicas o desenvolvimento do turismo no estado, sob a justificativa que apresentavam roteiros e produtos, consolidados ou com potencial para consolidação, viáveis de comercialização: Metropolitana, Costa do Sol, Costa Verde, Serra Verde Imperial, Agulhas Negras e Vale do Café. E, ainda, os roteiros Maravilhas do Rio Niterói, Rio Roteiro Serra e Mar e Rio Roteiro Floresta e Mar, como de padrão internacional (Rio de Janeiro, 2013).

Segundo dados estatísticos do MTur (2013) o estado do Rio de Janeiro registrou um total de 1.178.930 chegadas internacionais, com um crescimento de 4% em relação ao ano anterior MTur (2014). Em 2011, o estado possuía o maior número de cidades entre as dez que registraram as maiores chegadas internacionais de turistas de lazer no país, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro (29,6%), seguida por Armação de Búzios (7,9%), Angra do Reis (4,7%) e Paraty (3,5%) (Rio de Janeiro, 2013).

Com relação ao movimento turístico na cidade do Rio de Janeiro, a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR divulgou que transitaram 2.685.995

turistas, com um crescimento de 12% de em relação a 2011, sendo que destes cerca de 1.760.000 foram de turistas estrangeiros, especialmente da Argentina e Estados Unidos. A maioria desses turistas utilizaram a internet para a organização da viagem (40%), se hospedaram em hotel, flat ou pousada (54,3%), e avaliaram positivamente os serviços de limpeza (79,3%), segurança (84,6%) e preços (49,4%) (RIOTUR, s.d.).

Nos feriados, nas férias de julho, no Natal e Ano Novo, e no Carnaval houve um aumento de 26% da ocupação hoteleira sendo que esses dois últimos períodos se integram às férias de verão em um período de alta estação. Segundo a RIOTUR, a Copa do Mundo de 2014 superou as expectativas do turismo na cidade, pois na final do evento recebeu 471 e 415 mil turistas estrangeiros e nacionais, respectivamente, totalizando 886 mil visitantes. Segundo balanço divulgado pelo Instituto Brasileiro de Turismo – [EMBRATUR] (2014), o gasto médio de cada visitante foi de R\$ 639,52 por dia e o tempo de permanência médio ficou em torno de 9 dias (RIOTUR, s.d.). Segundo dados do Portal Brasil 58% dos 1.780 turistas entrevistados pretendem voltar ao Rio de Janeiro para a Olimpíada de 2016, e o Ministério do Turismo revela que 95% da demanda internacional almejam retornar ao país (MTur, 2014).

4. OFERTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.1 Metodologia

Esta pesquisa é exploratória, uma vez que se desenvolve com o “objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de um fato, quando o tema é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses operacionalizáveis” (GIL, 2011); e descritiva, por descrever as características e propriedades do objeto de análise, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o mesmo (p. 27).

As estratégias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental, e o levantamento de dados secundários. A seguir, descrevem-se as etapas e procedimentos da pesquisa.

No período de fevereiro a março de 2014 acessou-se a base e-Mec (<https://emec.mec.gov.br>), e a partir da consulta a cada um dos 58 municípios cadastrados no estado do Rio de Janeiro, foram levantados os cursos tecnológicos e bacharelados na área de Turismo e Hospitalidade. Para o levantamento dos cursos técnicos no estado, acessou-se o

cadastro do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC (<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>) no link da Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares.

Os dados de cada curso foram registrados em planilha do software Excel nos seguintes campos: instituição, tipo de instituição (pública ou privada); nome (denominação curso); nível (técnico, tecnológico, bacharelado ou pós-graduação); e local (cidade e região turística).

Esclarece-se que os dados do MEC sobre os cursos técnicos e superiores ofertados no Brasil informam a quantidade de cursos por instituição de ensino em cada cidade, como algumas instituições oferecem cursos em vários *campi*, acessou-se os sítios eletrônicos das instituições e cursos para identificar os locais. No caso de cursos oferecidos em *campi* da mesma cidade, estes foram considerados apenas uma vez; no caso do mesmo curso ser oferecido em *campi* ou polos em cidades diferentes, estes foram computados em cada cidade, sendo que pode ocorrer de uma instituição ofertar o mesmo curso em várias unidades sediadas em uma única cidade. Assim, os cursos da mesma instituição em variados *campi* foram considerados como um único curso.

Para aprofundar a pesquisa da oferta dos cursos utilizou-se a distribuição na Região Metropolitana (administrativa). Neste caso, consideraram-se todos os cursos em *campi* diferentes na mesma cidade, ou seja, em Maricá, Niterói e Rio de Janeiro. Elaborou-se uma nova planilha desta região, originada da planilha do estado, mas com dados complementados de todos os *campi*, conforme mencionado e, com os cursos mais representativos: Técnico em Guia de Turismo, Tecnologia de Gestão de Turismo e Bacharelado em Turismo.

Os dados coletados geraram tabelas, quadros e gráficos que retrataram características da oferta de formação técnica e superior em Turismo no estado do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2014.

4.2. Características Gerais dos Cursos

A oferta de cursos regulares na área de Turismo e Hospitalidade, no estado do Rio de Janeiro mostrou 214 cursos, de variados níveis e denominações, sendo 72% (154) de instituições de ensino privadas e 28% (60) de instituições públicas. Quase metade desses cursos (45%) é de nível técnico, ao que se seguem os tecnológicos (28%), bacharelados (21%), licenciaturas (6%) e pós-graduação “*lato sensu*” ou especializações (6%).

Como já esperado, a oferta se concentrou em cursos técnicos, cuja formação, entretanto é pouco valorizada no mercado, conforme observado por Giffoni e Algemiro (2014) no estudo sobre os cursos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca no Rio de Janeiro – CEFET/RJ. Neste estudo, as autoras “constataram tanto o não interesse de alunos em retirar seus diplomas de técnico quanto a falta desta exigência do mercado para a contratação de profissionais de nível médio” (Giffoni & Algemiro, 2014, p. 100).

Ao se verificar que no estado do Rio de Janeiro as instituições formativas são majoritariamente privadas (tabela 1), a visão mercadológica e segmentada das propostas de formação pode se voltar muito mais às flutuações e mudanças do mercado.

Tabela 1
Nível e modalidade dos cursos de Turismo no estado do Rio de Janeiro - Brasil, 2014

Formação	Tipo	Ead	Presencial	Total
Técnico	Privada	3	52	55
	Pública	9	33	42
Subtotal		12	85	97
Tecnólogo	Privada	37	20	57
	Pública	-	3	3
Subtotal		37	23	60
Bacharelado	Privada	18	20	38
	Pública	-	7	7
Subtotal		18	27	45
Especialização	Privada	-	4	4
	Pública	-	2	2
Subtotal			6	6
Licenciatura	Privada	-	-	-
	Pública	6	-	6
Subtotal		6	-	6
Total	Privada	58	96	154
	Pública	15	45	60
		73	141	214

Dados da Pesquisa: elaboração própria, 2015.

Observa-se ainda que a oferta na modalidade de Educação a Distância - EAD - é proveniente também das instituições privadas que concentram a maior oferta de cursos superiores de tecnologia (37), seguida dos bacharelados (18). Acredita-se que essa modalidade encontra-se em expansão devido à própria exigência do mercado e da sociedade, em atendimento a uma demanda de alunos com pouca ou nenhuma mobilidade e/ou disposição para o ensino superior presencial.

Surpreendeu a não existência de mestrados e doutorados na área até 2014⁴, em um estado com clara vocação turística, sendo a sua capital um ícone do turismo nacional e pioneira do ensino superior de Turismo no estado: o bacharelado em Turismo, criado em 1973 pela Faculdade de Turismo da Guanabara, atual Universidade Estácio de Sá. Esta instituição privada, em particular, oferta número significativo de cursos na área de turismo em vários *campi* espalhados pela cidade do Rio de Janeiro.

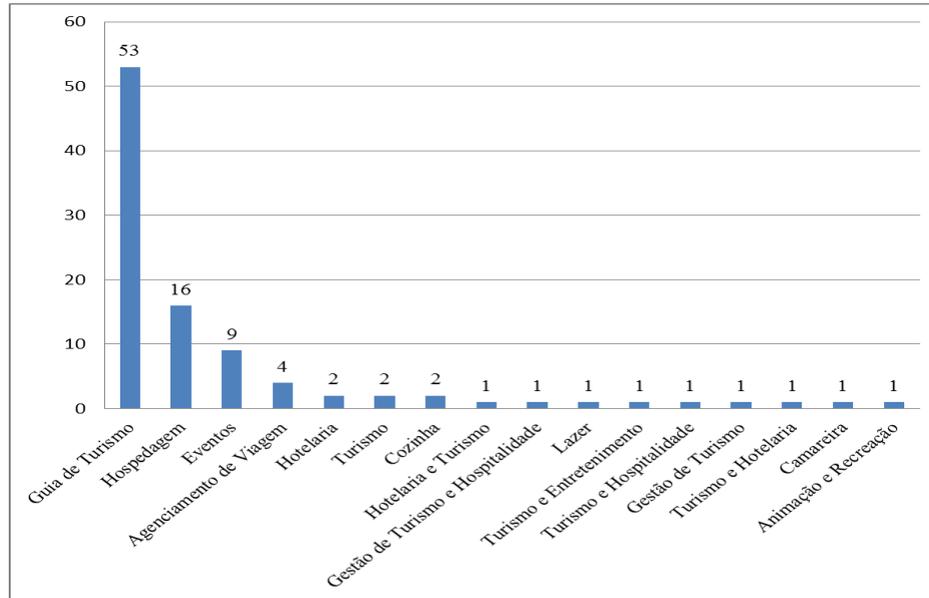
Pode-se questionar o papel e importância das políticas públicas de turismo, assim como, o investimento em recursos humanos, a qualidade da prestação de serviços turísticos, a profissionalização das empresas de pequeno porte, as relações entre turistas e anfitriões. São assuntos que, investigados no âmbito de mestrados e doutorados, poderiam trazer maior compreensão sobre a evolução do turismo nesse destino turístico, bem como identificar estratégias e instrumentos para o seu melhor posicionamento no mercado com reflexos na oferta de formação profissional e superior.

Para melhor compreender a essa oferta de formação profissional e superior, analisa-a por nível, iniciando pelo técnico (figura 1), nota-se a maior oferta do curso de Guia de Turismo (55%), seguida pelos de Hospedagem (16%), Eventos (9%) e Agenciamento de Viagens (4%), além de outros com frequência de 1 ou 2 cursos (16%). Compreende-se o destaque aos cursos de Guia de Turismo, por ser esta profissão regulamentada e que requer o nível médio.

Dos 42 cursos técnicos ofertados pela rede pública, destacam-se os cursos de Guia de Turismo (20), seguidos pelos de Hotelaria e Turismo (8) e Hotelaria (5). Já na rede privada apresenta-se (33) de Guia de Turismo, (11) de Hotelaria, além destas faz-se a leitura de duas ofertas em Gestão, sendo em Turismo e Hospitalidade e em Turismo, o que não compete ao técnico de nível médio e que estes cursos não se adequam as exigências do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

⁴ Em 2015 foi aprovado o primeiro Mestrado em Turismo a ser oferecido no estado do Rio de Janeiro pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

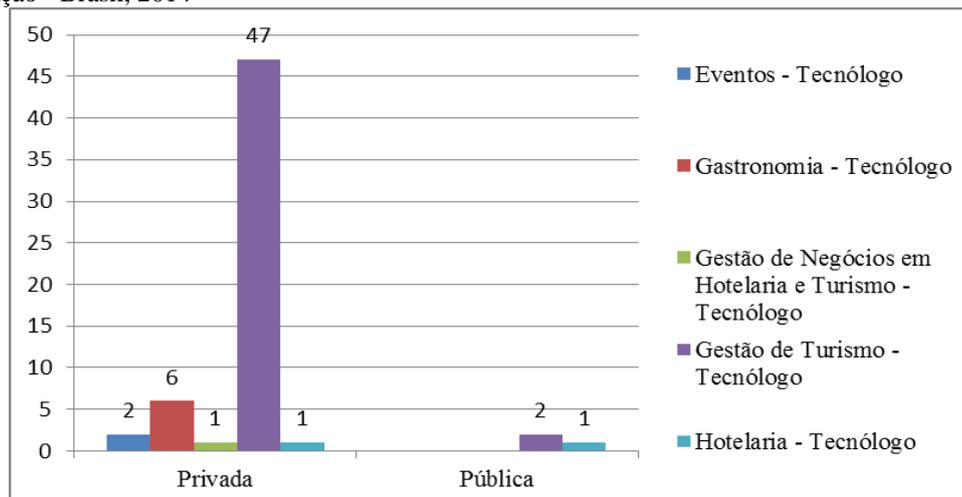
Figura 1- Cursos técnicos da área de Turismo e Hospitalidade no Estado do Rio de Janeiro por denominação - Brasil, 2014.



Dados da Pesquisa: elaboração própria, 2014.

Passando para os cursos de graduação, têm-se os tecnológicos, dentre os quais se sobressaem os de Gestão de ou em Turismo (82%), em contraponto com os demais cursos (18%), inclusive os de Gastronomia. Na figura 2 apresenta-se a distribuição desses cursos entre instituições privadas e públicas, com forte concentração nas primeiras.

Figura 2 - Cursos tecnológicos da área de Turismo e Hospitalidade no Estado do Rio de Janeiro por tipo e denominação - Brasil, 2014



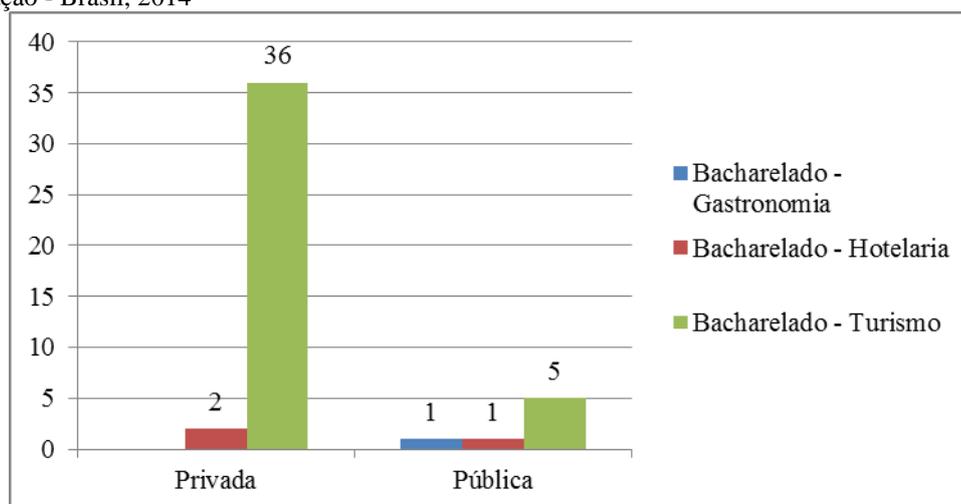
Dados da Pesquisa: elaboração própria, 2014.

Esse cenário também se apresenta em relação aos cursos de bacharelado, com a maioria de Turismo (91%), e a minoria de Hotelaria e Gastronomia (9%). Dentre estes a

Universidade Estácio de Sá oferece o bacharelado em Hotelaria, com convalidação de diploma com a Escola de Hotelaria de Lausanne na Suíça, o que é tido como um diferencial tal como ocorre com o curso de Hotelaria da Universidade Anhembi Morumbi que oferece dupla titulação com o *Glion Institute of Higher Education*.

São 38 bacharelados em instituições privadas, sendo apenas 2 de Hotelaria, e 7 em instituições públicas, sendo apenas 1 em Hotelaria e outro em Gastronomia (figura 3). As instituições públicas que ofertam os bacharelados de Turismo são as seguintes: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). O curso da UERJ é em Teresópolis e o da UFF em Niterói. Nota-se ainda a oferta do único bacharelado em Gastronomia pela UFRJ.

Figura 3 - Cursos de bacharelado da área de Turismo e Hospitalidade no Estado do Rio de Janeiro por tipo e denominação - Brasil, 2014



Dados da Pesquisa: elaboração própria, 2014.

Com relação à oferta de cursos de licenciatura em turismo é na modalidade de Educação à Distância ofertado por meio de um consórcio entre instituições públicas do estado nos polos⁵ dos municípios de: a) Angra dos Reis na região Costa Verde (1), b) Macaé e Saquarema na região Costa do Sol (2), c) Resende na região Agulhas Negras (1), d) São Gonçalo na região Caminho da Mata (1), e) Rio de Janeiro na região Metropolitana (1). Fazem parte do Consórcio Cederj da Fundação Cecierj - Centro de Ciência e Educação

⁵ O polo Cederj é uma referência física para que os alunos possam realizar atividades presenciais obrigatórias como aulas no laboratório, avaliações, tutoria presencial etc.

Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - as seguintes instituições públicas de ensino superior: 1) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET); 2) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); 3) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); 4) Universidade Federal Fluminense (UFF); 5) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 6) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); 7) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ).

No âmbito da pós-graduação o cenário é tímido, pois a oferta registra somente 6 cursos na modalidade *lato sensu* (especialização), sendo 4 voltados a aspectos do Turismo, com ênfase na Gestão, e 2 focados em Eventos, com ênfase no Planejamento. Embora alguns desses cursos denominam-se como MBA, não são cursos de mestrado, mas, especializações que adotam essa denominação como diferencial mercadológico para a captação de alunos, uma vez que muitos MBAs nos Estados Unidos são referência no mercado americano. Tais cursos voltam-se para o aprimoramento de profissionais em determinadas lacunas do mercado, com ênfase nas aplicações práticas.

Não fica claro porque um destino como o Rio de Janeiro, em especial a sua capital que sedia grandes universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas, e abrigou a partir da década de 1970 os cursos de bacharelado em Turismo, não registre uma oferta significativa de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e Hospitalidade. Uma explicação já citada seria que a oferta de cursos de graduação em instituições privadas privilegiou a formação para o mercado, com pouco ou nenhum interesse na produção de conhecimento científico, cenário que parece se alterar com a oferta de bacharelados em Turismo em universidades públicas a partir da primeira metade dos anos de 2000.

Ao se distribuir os cursos no estado do Rio de Janeiro pelas regiões turísticas, observa-se que os níveis técnico, tecnológico e bacharelado estão presentes na maior parte dessas, conforme mostram os dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2
Formação por nível nas regiões turísticas no estado do Rio de Janeiro - Brasil, 2014

Região turística	Tipo	Formação	Ead	Presencial	Total
Agulhas Negras	Privada	Bacharel	1		1
		Técnico		2	2
		Tecnólogo	2		2
	Pública	Licenciatura	1		1
<i>Subtotal</i>			4	2	6
Baixada Fluminense	Privada	Bacharel	2	1	3
		Técnico		4	4
		Tecnólogo	7	1	8
	Pública	Bacharel		2	2
		Técnico		2	2
<i>Subtotal</i>			9	10	19
Caminhos da Mata	Privada	Bacharel	1	1	2
		Técnico		1	1
		Tecnólogo	2	1	3
	Pública	Licenciatura	1		1
<i>Subtotal</i>			4	3	7
Costa do Sol	Privada	Bacharel	1	1	2
		Técnico		7	7
		Tecnólogo	4		4
	Pública	Bacharel		1	1
		Licenciatura	2		2
<i>Subtotal</i>			10	18	28
Costa Doce	Privada	Bacharel	3	2	5
		Especialização		1	1
		Tecnólogo	3	2	5
	Pública	Técnico	3		3
<i>Subtotal</i>			9	5	14
Costa Verde	Privada	Técnico		5	5
	Pública	Licenciatura	1		1
<i>Subtotal</i>			1	5	6
Metropolitana	Privada	Bacharel	6	12	18
		Especialização		3	3
		Técnico	3	23	26
		Tecnólogo	7	11	18
	Pública	Bacharel		3	3
		Especialização		2	2
		Licenciatura	1		1
		Técnico		14	14
		Tecnólogo		1	1
<i>Subtotal</i>			17	69	86

Noroeste das Águas	Privada	Técnico	1	1
		Tecnólogo	1	1
	Pública	Técnico	2	2
<i>Subtotal</i>			3	3
Serra Verde Imperial	Privada	Bacharel	1	1
		Técnico		5
		Tecnólogo	9	9
	Pública	Bacharel		1
		Técnico		1
<i>Subtotal</i>			10	10
Vale do Café	Privada	Bacharel	3	2
		Técnico		4
		Tecnólogo	2	4
	Pública	Técnico	1	3
				4
<i>Subtotal</i>			6	13
Total Geral			73	141
			214	

Dados da Pesquisa: elaboração própria, 2015.

As regiões de Agulhas Negras, Caminhos da Mata, Costa do Sol e Metropolitana ofertam cursos em todos os níveis, incluindo a licenciatura. Apenas nas regiões Costa Verde e Noroeste das Águas a oferta dos níveis de cursos recai em duas modalidades, variando entre técnico e licenciatura na primeira, e técnico e tecnólogo na segunda. A região turística Metropolitana concentra cerca de 40% da formação profissional e superior em Turismo e Hospitalidade no estado. Tal distribuição indica a necessidade de aprofundamento da análise em cada região, tomando como base a sua vocação turística aliada às condições da oferta e da demanda, para então discutir sobre as necessidades da formação de profissionais que poderão nortear novas propostas de cursos regulares, dos técnicos aos superiores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentou-se um inventário da oferta de cursos técnicos e superiores em Turismo e Hospitalidade, a fim de caracterizar essa oferta do estado do Rio de Janeiro, para posterior aprofundamento de sua análise em pesquisas futuras.

Após a contextualização das bases legais e os instrumentos norteadores da formação profissional em turismo, procedeu-se à caracterização dos cursos técnicos e superiores no estado, constatando-se a maior oferta de cursos técnicos, seguidos dos tecnológicos. A inexistência de cursos de pós-graduação *stricto sensu* até 2014 pode explicar, em parte, o foco

dos cursos superiores no mercado, com pouca ou nenhuma integração com a visão sistêmica e científica do Turismo e da Hospitalidade.

Para que haja profissionais eficazes que possam minimizar as lacunas da prestação de serviços e do receptivo turístico de qualidade, a sua formação necessita do conhecimento científico que possa integrar a visão mercadológica à acadêmica, e vice versa. Com isso, a oferta de cursos técnicos e superiores na área poderia se encaminhar para a melhor preparação e capacitação de profissionais diante das exigências da contemporaneidade e das especificidades do local ou região em que se inserem.

Nesse contexto considera-se que o estudo da formação profissional em Turismo num destino turístico onde a hospitalidade tem papel relevante pode contribuir com subsídios para a melhor qualidade de cursos regulares, além de chamar atenção de docentes e coordenadores para a avaliação da adequação da formação de diferentes profissionais em níveis técnico e superior, conforme o local e região onde se insere.

REFERÊNCIAS

Ansarah, M. G. dos R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: Reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil*.(Série Turismo). São Paulo: Aleph.

Algemiro, M.F. (2015) *Hospitalidade na formação profissional em turismo no Rio de Janeiro: em busca de categorias de análise*. Dissertação de Mestrado em Hospitalidade Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil.

Barretto, M. (2007). *Cultura e turismo: Discussões contemporâneas*.(Coleção Turismo) Campinas, SP: Papirus.

Barretto, M., Tamanini, E. & Silva, I. P. (2004). *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas: Papirus.

Brasil. (1974). Lei Complementar de nº 20, de 01 de julho de 1974. Recuperado em 10 julho, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp20.htm

Brasil. Lei Darcy Ribeiro (1996). *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional* [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (9a. ed.) Brasília: Presidência da República, 2004.

Brasil.(1997). Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Recuperado em 10 julho, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. (2006). (Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006). *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências*. Recuperado em 19 janeiro, 2015, de : http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf.

Brasil. (2014). Ministério do Turismo. *Portaria do Ministério de Estado do Turismo :MTUR nº 27 de 30.01.2014, D.O.U.: 31.01.2014*.

Carvalho, W. L. & Rejowski, M. (2012). Tecnologia em eventos da Faculdade Hotec, São Paulo: Proposta de formação versus atuação profissional de egressos. *Revista Hospitalidade*, 9(1), 82-104. Recuperado em 10 março, 2015, de file:///C:/Users/PC/Downloads/Carvalho_Rejowski_2012_Tecnologia-em-eventos-da-Facul_8360.pdf

Catramby, T. C. V. & Costa, S. R. R. da. (2004). Qualificação profissional em turismo como fator de competitividade do setor. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 4(3), 26-34. Recuperado em 10 março, 2015, de <http://www.redalyc.org/pdf/1154/115417707004.pdf>

Catramby, T. C. V. & Costa, S. R. R. da. (2005). Estudo de caso sobre a capacitação docente na área de Turismo no estado do Rio de Janeiro. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(2), 11-28. Recuperado em 10 março, 2015, de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=84>

Delors, J. et al. (1998). *Educação – um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. (J. C. Eufrázio, Trad.). Brasília: Cortez. Recuperado em 14 outubro, 2015, de [.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relato](http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relato).

GIFFONI, I. A & ALGEMIRO, M. (2104) *Formação e atuação técnica em turismo: A experiência do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca no Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Publicação na Revista & Desenvolvimento* (21/22). Recuperado em 10 setembro, 2015, de <file:///C:/Users/PC/Downloads/RT&D-21-22-Vol.5%20-%20Page%2099-101.pdf>

GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.) São Paulo: Atlas.

MEC - Ministério da Educação. (2000). *Educação Profissional. Referenciais curriculares nacional da educação profissional de nível técnico*. Turismo e Hospitalidade. Brasília, MEC.

MEC - Ministério da Educação. (2001). *Parecer CNE/CES nº 436/2001*. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos, Brasília.

MEC Ministério da Educação. (2008). *Parecer CNE/CEB nº11/2008*. Recuperado em 10 julho, 2015, de : http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf

MEC - Ministério da Educação. (2012). *Catálogo nacional de cursos técnicos*. Brasília, MEC.

MEC- Ministério da Educação. (2015). Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Recuperado em 10 janeiro, 2015, de <http://emec.mec.gov.br/>

MEC- Ministério da Educação. (2015). Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Recuperado em 10 janeiro, 2015, de <http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>

SCHWARTZMAN, S. (2005). *A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica*. IETS. [Trabalho realizado por solicitação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial]: SENAI.

TOMAZZONI, E. L. (2007). *Educação profissional em turismo, cria-se mercado pela formação?* *Turismo em Análise*, 18(2), 197-219. Recuperado em 10 março, 2015, de <http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/378>